

Dúvida Externa

Plano Brady vai depender das adesões dos credores

Nilton Horita

SÃO PAULO — Todos os pontos positivos do Plano Brady — como a abertura da possibilidade de recompra através da decretação de um *waiver* (perdão) dos bancos credores pelo período de três anos, durante o qual os devedores poderão resgatar seus próprios títulos da dívida no mercado secundário internacional — só poderão ser executados se, na evolução da montagem desse grande acordo proposto pelo governo americano, ficar claro que os credores aderirão aos seus termos voluntariamente. Além disso, os credores deverão encontrar uma nova forma de negociação da dívida externa por subcomissões de bancos por diversos critérios, como localização geográfica, tamanho das provisões lançadas em balanço (seguro contra créditos duvidosos) e legislação fiscal do país de origem.

Esse sentimento resume, em grande escala, todos os debates que estão se avolumando após o lançamento do Plano Brady pelo governo americano no mês passado na comunidade financeira internacional. Segundo Nicholas Reade, diretor geral do Midbank, banco constituído pela associação do Midland Bank, da Inglaterra, maior credor britânico do Brasil, com ativos de US\$ 2,2 bilhões, com o Banco Bamerindus, “o que se discute hoje é como encontrar uma saída para o problema que seja interessante tanto para os devedores quanto para os credores. Para começar a análise dessa situação, é preciso definir os objetivos de ambos os lados”, aconselha.

Combinação — Os países devedores têm como objetivos principais a redução da saída de divisas por conta do pagamento dos juros, tentar o ingresso de dinheiro novo e conseguir diminuir o estoque da dívida. Já os bancos cre-

dores desejam a redução do risco em carteira por conta de empréstimo aos devedores, aumentar o grau de proteção ao que já existe de créditos e aumentar a sua rentabilidade no meio desse processo. “Como na boa negociação começamos sempre pelos pontos onde há acordo, podemos indentificar alguns casamentos entre os objetivos de devedores e credores”, afirma Reade.

No capítulo da combinação entre redução do estoque (desejo dos devedores) e diminuição do *exposure* (objetivo dos bancos) existe perfeita identificação entre as partes no que se refere à conversão em capital de investimento, embora o Brasil tenha suspendido momentaneamente o seu programa, e começar um processo de recompra (o país resgata o título de sua dívida no mercado secundário com deságio, beneficiando-se do desconto). Há dúvidas na aceitação dos países devedores em admitir a conversão por exportação, operação interessante aos bancos, e também com relação ao instrumento da troca de dívida por outra dívida (país por país), que os devedores vêem com simpatia, mas os credores nem tanto.

“O processo de recompra é altamente interessante”, acredita Reade. “Principalmente depois da janela aberta pelo Plano Brady no sentido dos bancos concederem um *waiver* aos devedores” — hoje o Brasil possui limitação para recomprar seus títulos no mercado secundário pelo acordo assinado em setembro do ano passado — “por três anos para realizar essa operação através de recursos financiados por órgãos multilaterais como o Banco Mundial”. A troca de dívida também é altamente interessante a um país como o Brasil, que possui créditos de US\$ 6 bilhões. “E tudo isso resulta em redução do estoque da dívida”.

Negociação será agora em blocos

A era de representatividade do comitê de assessoramento dos bancos credores como único instrumento de negociação das dívidas do Terceiro Mundo parece estar no fim. O modelo atual determina que os vários detentores dos créditos de um país em desenvolvimento se organizem em um único bloco para negociar com a parte devedora. Depois disto estabelece-se um acordo onde todos os participantes deverão cumprir suas cláusulas em termos de obrigações e exercício de direitos.

“Esse é um dos pontos básicos na discussão do problema”, ensina Nicholas Reade, diretor-geral do Midbank. “Não dá mais para negociar em bloco único. É preciso formar sub-blocos de credores por critério de provisões lançadas, regulamentação fiscal e bancária de cada país ou mesmo por região geográfica.”

O novo presidente do Banco Sumitomo Brasileiro, segundo maior credor japonês, com ativos de US\$ 900 milhões, Yoshiaki Ueda, concorda com essa necessidade: “O Plano Brady é muito importante, mas o ponto principal é como colocar essas ideias em prática”, preocupa-se ele. “Há muitos credores no mundo, e por isso tem de haver um sentido de igualdade, ou seja, os bancos devem dar sua colaboração de acordo com o tamanho de seus ativos e localização geográfica”.

Há um ponto altamente controverso entre as partes, que é o desejo dos devedores de receber dinheiro novo, o que é incompatível com o objetivo dos credores em reduzir o tamanho de seus créditos em regime de recebimento duvidoso.